

Estados começam a pagar débito

■ Solenidade de rolagem das dívidas só contou com a presença de três governadores

BRASÍLIA — Os secretários de Fazenda de dez estados assinaram ontem os termos de compromisso para o refinanciamento, por 20 anos, de suas dívidas com os bancos federais. Ontem mesmo, esses estados pagaram cerca de US\$ 38 milhões à Caixa Econômica Federal (CEF) e US\$ 10 milhões ao BNDES, restabelecendo pagamentos que não eram feitos há vários anos. “A assinatura desses contratos inaugura um novo momento no relacionamento entre União, estados e municípios”, discursou, no início da cerimônia, o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Inicialmente prevista para acontecer no Palácio do Planalto, a solenidade foi realizada no Ministério da Fazenda e a ela compareceram três governadores: Jäder Barbalho, do Pará; Gilberto Mestrinho, do Amazonas; e Freitas Neto, do Piauí. Foram especialmente notadas as ausências dos governadores de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho; de Minas Gerais, Hélio Garcia; e do Ceará, Ciro Gomes, que, na véspera, haviam prometido comparecer e tiveram sua presença anunciada pelo secretário Clóvis Carvalho. Também não apareceu o representante do governo de Pernambuco. Pelo governo do Rio, assinou o termo de



Carvalho (E) com Stepanenko: estados não poderão mais dar calote

compromisso o secretário de Economia e Finanças, Cibilis Viana.

Esforço — Fernando Henrique disse, na solenidade, que se formou na sociedade uma imagem distorcida dos governos estaduais. “Houve um esforço muito grande de saneamento das finanças públicas por parte dos estados”, elogiou. Negociador da rolagem por parte do governo, o secretário executivo da Fazenda, Clóvis Carvalho, disse que o refinanciamento permitirá a retomada dos fluxos financeiros entre a

União e os estados. Ele lembrou que a maior parte da dívida de US\$ 20,6 bilhões, acumulada nas duas últimas décadas, é “inadequada” à capacidade de pagamento dos estados. Do total, US\$ 2 bilhões estavam vencidos.

Destacou que os estados não terão mais como dar calote no governo porque a União disporá de garantias reais — a retenção dos Fundos de Participação e a apropriação de receitas, como o ICMS.